

Resenha

SCHAMA, Simon. *Travessias difíceis: Grã- Bretanha, os escravos e a Revolução Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, 495 p., ISBN 978-85-359-1959-2.

Nas árduas rotas da liberdade

Ênio José da Costa Brito*

Travessias difíceis: Grã-Bretanha, os escravos e a Revolução Americana, de Simon Schama, convida os leitores a várias viagens. Inicia com uma visita a Londres, berço do movimento abolicionista, onde se entra em contato com as ideias e ações de Granville Sharp, principal abolicionista inglês e patrocinador do primeiro assentamento negro em Serra Leoa. De Londres viaja para o Sul dos Estados Unidos, espaço de cruentas batalhas entre tropas inglesas e americanas, as tropas inglesas tentando manter intacta a América Britânica e as americanas em luta pela independência. Essa intensa e sangrenta movimentação envolveu milhares de negros, lutando de ambos os lados, com a promessa de se tornarem livres no fim do conflito.

A seguir, Simon Schama partilha os sonhos utópicos dos abolicionistas de criação da Província da Liberdade, na Serra Leoa, e o projeto do Governo de converter a Nova Escócia no asilo dos legalistas despossuídos e dos negros livres, que lutaram ao lado das tropas britânicas nos Estados Unidos.

O fracasso do primeiro projeto utópico não desanimou os abolicionistas ingleses, que mais tarde recriaram a Província da Liberdade na Serra Leoa, saga que o leitor acompanha de perto seguindo os passos de John Clarkson. A colônia na Serra Leoa transformou-se numa Cidade-Estado Anglo-Africana.

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana. Professor no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da PUCSP. Email: brbrito@uol.com.br

Estas inúmeras histórias apresentadas brilhantemente por Simon Schama desafiam o leitor a juntá-las numa constelação repleta de significado. Para facilitar essa tarefa, nesta resenha, num primeiro momento, retomamos brevemente as linhas mestras de cada uma e, em seguida, apresentamos algumas notas de leitura.

Travessias difíceis está organizado em duas partes, respectivamente: *Greeny* e *John* precedida de uma introdução, e *A promessa de liberdade britânica*, seguida de uma conclusão, *Fins, começos*.

1. Primeiros passos

O encontro no centro de Londres de Granville Sharp – apelidado pelos irmãos e irmãs de Greeny (esverdeado) – com Jonathan Strong, negro que tinha sido espancado até quase a morte por seu senhor David Lisle, fez dele ao longo dos anos o principal abolicionista inglês e o patrocinador do primeiro assentamento negro em Serra da Leoa, em 1787.

Jonathan Strong, já curado, teve a infelicidade de ser visto dois anos mais tarde por seu dono David Lisle, que “mesmo antes de pôr as mãos em Strong, o vendeu a um fazendeiro jamaicano, James Kerr” (Schama, 2011, p. 38). Strong, preso, fez contato com Sharp que conseguiu sua liberdade na audiência de 18 de setembro de 1767.

A sentença de liberdade baseava-se na ideia de que a retidão cristã e a *Common Law* inglesa não toleravam que alguém fosse reduzido a uma propriedade. David Lisle, insatisfeito, ameaçou recorrer. Diante dessa ameaça, Sharp procura advogados, mas, para surpresa sua, descobre que as mais importantes personalidades como Lorde Yorke, ex-presidente da Câmara dos Lordes, e o Procurador Geral, Talbot, defendiam a tese: “que pessoas trazidas à Inglaterra de locais onde tinham sido escravas permaneciam naquele estado de servidão, a despeito de receberem o batismo” (p. 41).

Sem apoio dos advogados, Sharp empreendeu um longo e árduo estudo da história da lei na Inglaterra, convencido da existência de uma outra história jurídica, e acabou encontrando o que buscava. No *Historical Collections* de Rushworth havia a seguinte declaração acerca de um caso de espancamento de um

servo por seu senhor: “todos os súditos do país, de qualquer nível social, estavam igualmente sujeitos às leis do rei e tinham igual direito de gozar de sua proteção” (p. 43).

Os casos envolvendo os negros Jonathan Strong (1767) e Thomas Lewis (1770) deram notoriedade a Granville Sharp que os defendera com a convicção de que “a Common Law inglesa era o dom mais precioso da nação. Era a rocha da liberdade britânica contra a qual se esmagaria a ‘Coisa amaldiçoada’” (p. 51), isto é, o tráfico.

Em 1772, a defesa do escravo afro-americano James Somerset proporcionou-lhe a tão desejada oportunidade de abrir, através de seus advogados e pessoas influentes, o debate com o chefe de justiça Lorde Mansfield, que rezava pela cartilha de Yorke-Talbot e não compartilhava com a ideia de que “escravos trazidos para a Inglaterra se tornavam imediatamente livres sob a Common Law” (p. 56).

Lord Mansfield, ao longo do julgamento, evitou o veredicto final da causa e sugeriu às várias partes a compra da liberdade de Somerset. O julgamento terminou no dia 22 de junho de 1772. A sentença exarada por Lorde Mansfield foi recebida e compreendida pelos envolvidos como uma declaração da ilegalidade da escravidão na Inglaterra. Na verdade, “o que ele tinha dito era que o poder de um senhor de *deslocar* seu escravo contra a vontade para fora da Inglaterra e para um lugar onde poderia ser vendido nunca fora reconhecido ou admitido sob a Common Law” (p.69). A libertação de James Somerset repercutiu de ambos os lados do Atlântico entre escravos e abolicionistas de então e gerou esperança.

Granville Sharp sofria ao deferir pedidos de armas para as ações de guerra na Colônia Americana. A notícia da Batalha de Boston, em 28 de julho de 1775, foi a gota d’água. Pediu demissão, não aceita pelos seus superiores, que o aconselharam a tirar licença. Acabou sendo demitido em abril de 1778. Sua preocupação com a guerra só aumentava. Temia que ela prejudicasse a luta contra a escravidão.

2. “Os soldados do rei da Inglaterra” em tempos de incertezas

Acusado de fomentar uma rebelião negra, Thomas Jeremiah, negro livre, pescador, piloto, homem de posse e possuidor de escravos, foi enforcado pelos

patriotas americanos, aos 18 de agosto de 1775. O último governador da Carolina do Sul, Lorde William Campbell, estava convencido da inocência de Jeremiah, mas não pode fazer nada por ele, pois já se encontrava sob pressão. Os patriotas estavam convencidos de que os governadores régios das colônias sulistas entregavam armas aos índios e negros para que estes eliminassem os seus senhores.

A rebelião no sul crescia a olhos vistos. Generais e governadores ingleses “se viram obrigados a explorar qualquer pequena vantagem que conseguissem montando um exército negro” (p. 79). Entre 1775 e 1776, escravos de todas as idades afluíam às centenas para se colocarem sob o comando inglês. Lorde Dunmore, governador da Virginia, formou até um Regimento Etíope. Os negros em “seus casacos traziam uma divisa simples, mas para o inimigo, demoníaca: ‘LIBERDADE PARA OS ESCRAVOS’” (p. 92).

No dia 7 de novembro de 1775, Dunmore decreta lei marcial e declara livres os negros que combatiam lado a lado com os ingleses. Declaração recebida com horror e ódio pelos patriotas. Dunmore fracassa em suas ações militares, deixando, ao retirar-se, um rastro de morte. Negros doentes, feridos, com varíola e tifo, foram abandonados na ilha de Gwynn.

Se na Inglaterra a ideia de armar escravos gerava polêmica, o que não dizer na América. Quando, após muita relutância, o Congresso em Washington, em 29 de março de 1779 autorizou recrutar negros, a reação no sul se fez sentir fortemente.

No entanto, tanto nas fileiras inglesas quanto nas americanas, os negros davam repetidas provas de lealdade e bravura. A conduta dos ingleses em relação aos negros oscilava entre a misericórdia e a desumanidade, como nos atestam os testemunhos de David George - pregador negro - e Boston King - metodista, escravo negro. Para Boston King, “os escravos, em sua maioria, não queriam nada com a nova república americana da servidão” (p. 123).

No norte, inúmeros escravos afro-americanos buscavam refugio em Nova York e cercanias, mesmo sabendo que seus destinos estavam sendo decididos no sul, onde a catástrofe social em curso só aumentava o número de escravos que procuravam pelo exército britânico.

As tropas inglesas fracassaram no sul e se renderam aos americanos na batalha de Yorktown, em 1781. Focos de resistência por parte dos ingleses e dos negros continuaram ocorrendo. Em março de 1782, cai em Londres o ministério de North e assume o marquês de Rockingham, “crítico de longa data da guerra americana e fortemente favorável a entabular negociações de paz, cuja premissa básica seria a concessão da independência” (p. 140).

Guy Carleton, último comandante-chefe das forças britânicas de Sua Majestade, voltou à América, em 5 de maio de 1782, com a missão de restaurar a paz, conceder o perdão às Províncias revoltosas, enfim, restaurar a América Britânica. Para surpresa sua, no dia 2 de agosto, teve de comunicar aos legalistas que a Inglaterra concedera a independência à América.

Se a apreensão dos legalistas em Savannah, Charleston e Nova York era grande, a dos 15 a 20 mil negros nesses três enclaves era muito maior. A nota promissora que haviam recebido não lhes garantia quase nada. Fazendeiros sulinos queriam seus escravos de volta, legalistas que tinham recebido escravos se recusavam a devolvê-los.

Em agosto de 1782, o general Alexander Leslie, comandante de Charleston, ordenou que todos os interessados em partir deveriam se registrar junto ao exército. “Foi o que *imediatamente* fizeram 4.230 brancos e 7.163 negros” (p. 148). O momento era de tensão, muito negros foram enganados e vendidos como escravos por comerciantes sem escrúpulos, que aproveitaram da impossibilidade de embarque de todos e do fracasso da Comissão Britânico-Americana para realizar seus negócios.

Em novembro de 1782, os negociadores britânicos e americanos em Paris, John Jay, Benjamin Franklin e John Adams chegaram a um consenso. O texto que selava uma paz provisória estava pronto, quando Henry Laurens, que não conseguira chegar a tempo, insistiu na inserção de um novo inciso, certamente, influenciado por Richard Oswald, que se enriquecera com o tráfico. O inciso devia especificar, “que a retirada britânica se efetivaria ‘sem a destruição ou transporte de bens americanos, negros, etc...’” (p. 151). O artigo favorecia a toda a classe escravista sulista.

Entre os temas da agenda do encontro entre Guy Carleston, comandante provisório dos ingleses, e o general Washington, em 5 de maio de 1783, encontrava-se o da devolução dos negros que tinham se aliado aos britânicos, a seus donos, e o da troca de prisioneiros. No encontro, Washington insistiu num cronograma definido para evacuação, e Carleston, no cumprimento das promessas feitas aos negros que deveriam ser mantidas dos dois lados.

A impossibilidade e os altos custos de uma devolução de negros aos seus antigos senhores levou Washington, a contra gosto, a aceitar que os negros embarcassem com os legalistas. O documento inglês, intitulado “Resumo referente aos Negros na América de 1783” considerava livres os negros que tinham se associado aos ingleses.

O Conselho de Inquérito, formado por ingleses e americanos, controlava a lista de passageiros, depois os próprios negros, para certificar que estavam registrados no “Livro dos Negros”. Navios como *L’Abondance*, carregavam dois mundos, os legalistas indignados por terem perdido tudo e negros de todas as idades e condições que cantavam a liberdade enquanto se dirigiam para a Nova Escócia. Entre eles, o número de mulheres quase igualava ao dos homens, “todas essas mulheres e meninas eram de suas várias maneiras, sobreviventes heróicas das piores coisas que a guerra lhes podia trazer: doença, fome, terror, cerco” (p. 170). Mães e pais portadores de um atestado ou de uma simples abreviatura, “BB” [born British] tinham a garantia de terem seus filhos e filhas reconhecidos como se tivessem nascido livres atrás das linhas Britânicas.

3. Em busca de solução: comunidades utópicas.

O lucro de uma viagem da África para o Caribe e a América poderia acabar caso ocorressem muitas mortes – a média girava em torno de 15%. As seguradoras de Liverpool e Bristol não cobriam a “perda natural”.

A preocupação com o lucro da viagem do *Zong*, que traficava entre a Costa Escrava da África e a Jamaica, em novembro de 1781, crescia, pois, da “carga” de 440 escravos, sessenta já tinham morrido. O capitão Luke Collingwood pensou em

“alijar uma parte de um carregamento para salvar o restante, os seguradores cobririam o valor total dos bens perdidos” (p. 173).

No dia 29 de novembro de 1781, 54 escravos foram lançados ao mar. No dia seguinte, mais 42 e, com a Jamaica a vista, um último lote de 36 negros foi lançado ao mar, 10 pularam por conta própria.

O pedido de indenização dos donos dos escravos do Zong não foi acolhido pelos seguradores, Gilbert & Outros, fato que trouxe o caso à tona. Os advogados dos seguradores perderam na primeira instância, mas recorreram e conseguiram reabrir o caso.

O caso Zong acabou congregando pessoas envolvidas na luta contra a escravidão: Sharp, Gustavo Vassa, cujo nome africano era Olaudah Equiano, o pastor James Ramsey e seus protetores, o controlador da Marinha, Charles Middleton e sua esposa, Thomas Charkson, teólogo, vencedor do prêmio acadêmico com um texto que discutia a legitimidade da escravidão, e Bely Porteus, bispo de Chester e Londres entre outros.

Em Londres, poucos peticionários – negros que tinham servido às forças britânicas – conseguiam receber as 10 libras de recompensa. No inverno de 1785-1786, dois tipos de negros necessitavam de auxílio: “Pobres negros”, vítimas do tráfico, e “Negros pobres” que perambulavam pelas ruas de Londres. Eles encontram apoio na pessoa de Jonas Hanway, incansável filantropo e grande admirador dos assentamentos. Ele e um grupo de amigos fundam o Comitê de Assistência ao Negro Pobre.

A ideia do Comitê de um assentamento para receber esses e outros negros acabou sendo acolhida pelo governo. Um dos problemas era para onde enviá-los: Nova Escócia ou Serra Leoa. Com o aval dos próprios negros envolvidos no projeto, a Serra Leoa foi a escolhida.

Granville Sharp, o Comitê e o governo estavam convencidos do bom êxito do projeto; os negros, nem tanto. A questão levantada por eles: “poderiam de fato confiar em sua liberdade numa parte da África tão dominada por escravistas negros e brancos? (p. 206). Cerca de 600 negros assinaram o acordo e exigiram um

“Instrumento de Liberdade”, isto é, o selo de um alto funcionário do governo, que impedia de serem reescravizados.

Feita a opção pela Serra Leoa, o *Nautilus* capitaneou a frota com três navios *Atlantic*, *Belisarius* e *Vernon*. “Jamais se vira uma emigração como aquela: 441 emigrantes, pelo menos metade vindos da América, livres ou escravos, cerca de sessenta e uma famílias, estavam voltando resolutamente para o lugar onde seus sofrimentos haviam começado” (p. 213).

A expedição foi comprometida por doenças, tempestades e desacordos entre os líderes Joseph Irwin, supervisor, e Equiano, comissário responsável pelos negros perante o tesouro. Em Plymouth, Equiano é desligado da expedição e aos 9 de abril de 1786, a frota segue viagem.

A frota chegou, no dia 10 de maio de 1787, com cerca de 380 britânicos negros livres, à foz do rio de Serra Leoa. Logo no dia seguinte, o capitão Thomas Boulden Thompson “comprou” do rei Tom, cerca de mil quilômetros quadrados para edificar a Província da Liberdade. Na verdade, “o que estavam ‘comprando’ não era a propriedade da terra (pois ninguém a possuía de fato), e sim a permissão para ficar” (p. 218).

Frente às dificuldades naturais e a uma sucessão de calamidades: mortes, deserções, oposição na Inglaterra e na África, a Província da Liberdade sobreviveu a duras penas até ser reduzida a cinzas pelo rei Jimmy, substituto do rei Tom, em 1789. Granville Sharp e seus aliados por duas vezes tentaram salvar a experiência de liberdade inglesa em solo africano.

Thomas Peters, o primeiro líder reconhecido dos afro-americanos, viajou de Nova Escócia para Londres, onde relatou em primeira mão para Granville Sharp a tragédia épica que estava ocorrendo na Nova Escócia: os negros livres não tinham recebido a terra, se viam privados de sua liberdade e, com frequência, reescravizados.

“Para os políticos de Londres que decidiram converter a Nova Escócia no principal asilo dos legalistas despossuídos e deslojados, suas principais credenciais eram a proximidade de Nova York e da Nova Inglaterra e o território vazio” (p. 244). Birchtown, na Nova Escócia, criada para receber negros livres, devido à

superlotação de Halifax e Shelburne, tornou-se um refúgio de negros livres e escravos de 1784 em diante. Os rigorosos invernos de 1785 e 1786 geraram muito sofrimento e fome no seio das populações negras da Nova Escócia. As pessoas foram obrigadas a assinar contratos draconianos com legalistas brancos. Contudo não perderam a consciência de seus direitos. Na verdade, “essa primeira geração de afro-americanos britânicos livres travou uma luta contra a reescravização e sobretudo contra a separação das famílias” (p. 262).

Em 1787, Birchtown dava sinais de ter-se tornado uma comunidade livre e independente apesar de todas as dificuldades e preconceitos. Para Thomas Peters, no entanto, o sofrimento imposto aos negros era obra humana, isto é, dos representantes do rei, e não divina, como pensavam os pastores David George e Boston King. Razão da viagem empreendida para Londres, onde redigiriam uma petição ao rei, defendendo a indivisibilidade da liberdade britânica.

4. A frota do êxodo

O ano de 1787 marcou o início de uma intensa campanha pela abolição do tráfico transatlântico. Dois fatos suscitavam esperanças nos abolicionistas ingleses: a queda da Bastilha, que derrubava também o antigo argumento de que cessar o tráfico era entregar o negócio aos franceses e ainda o surgimento na França da Sociedade dos amigos dos Negros fundada por Jacques-Pierre Brissot. No entanto, a ideia da suspensão do tráfico não vingou nem na França revolucionária, nem na Inglaterra conservadora. No dia 19 de abril de 1791, o Parlamento inglês rejeitou a moção de William Wilberforce.

Os abolicionistas reagiram propondo “o repúdio ao açúcar das Índias Ocidentais. Proclamado como um produto manchado com o sangue de africanos, o açúcar foi declarado um veneno moral” (p. 282).

Nessa conjuntura renasceu a esperança de se recriar a Província da Liberdade. Havia sido encontrados 64 sobreviventes em Serra Leoa; Thomas Peters confirmava o desejo de negros livres da Nova Escócia de viajarem para Serra Leoa. O Governo, a recém-criada Companhia da Serra Leoa e os abolicionistas

enviaram para Nova Escócia Johnny Clarkson, tenente da Marinha real e irmão mais novo de Thomas Clarkson para reunir e preparar o futuro êxodo.

John Clarkson, auxiliado pelo Dr. Charles Taylor, David George, Thomas Peters e outros, realizou com êxito a espinhosa missão, apesar das inúmeras dificuldades encontradas. Sua profunda identificação com os sofrimentos dos negros, que conheceu de perto, levou a preparar cuidadosamente a viagem deles para a África. “Se a visão de Granville Sharp de uma democracia negra com autogestão já fora sacrificada às exigências de uma colônia mercantil, pelo menos Clarkson fez grandes avanços para dar aos negros, numa viagem fadada a enfrentar todo tipo de problema, o sentimento de que tinham seu destino nas próprias mãos” (p. 325).

O dia 15 de janeiro de 1792 ficará para sempre gravado nos anais da história afro-americana. A frota levantou ferros de Halifax: “Era um comboio de quase 2 mil toneladas, levando 1196 pessoas, sendo 383 crianças” (p. 327).

A travessia realizada a duras penas com muitas mortes, 65 no total. Tempestades acompanharam a frota, o próprio John Clarkson seriamente adoentado esteve à beira da morte. Nos primeiros dias de março, a frota do êxodo ancorou na baía, mais precisamente em 7 de março de 1792.

John Clarkson, pego de surpresa com sua nomeação para “supervisor” da Colônia Nascente, só aceitou por causa dos negros e não dos diretores, preocupados com o comércio africano livre pancontinental. Uma “constituição” e um “conselho” criado pelos diretores da Companhia da Serra Leoa dificultaram enormemente o seu trabalho. O sistema implantado pela Companhia levava os negros à submissão e a serem desprezados pelos brancos. A tentação de dar por encerrada a sua missão era grande.

O tempo trabalhava contra ele. Os negros em Freetown se sentiam enganados, ainda não tinham recebido terra e deveriam no futuro pagar por ela. As crises se sucediam, como a da Páscoa de 1792, a da desobediência dos marinheiros, a da petição para a formação de um conselho de doze membros e a do Manifesto de 26 de junho, que trazia no bojo uma exigência de um autêntico contrato social. Na verdade, “Clarkson estava presenciando, além de muitas outras transformações dos

escravos afro-americanos, as dores de parto da política negra” (p. 364). Fato que ele não percebia.

No vórtice dessas crises, ele escreveu para Londres ameaçando voltar, caso não lhe concedessem maior poder. Seis meses tinham se passado e 14% dos imigrantes de Nova Escócia, entre eles Thomas Peters, tinham falecido; entre os brancos a mortalidade era 70% maior. Uma morte sentida e esperada foi a de Alexander Falconbridge, um dos pioneiros.

Finalmente, recebe as cartas que lhe conferem maior poder. Dissolve o Conselho dando à Colônia um novo rumo. “Em outubro de 1792, Freetown não era uma simples ideia (e, aliás, artificial). Era um lugar – um lugar como não havia nenhum outro no mundo atlântico; era uma comunidade de afro-americanos britânicos negros livres” (p. 371).

Na segunda quinzena de outubro, Clarkson comunica sua decisão de voltar para a Inglaterra no final do ano, consternação geral. “[...] Foi justamente a boa vontade de Clarkson em ouvir, sua disposição de mudar de ideia, sua boa-fé e seu evidente afeto pelos negros que lhe valeu o respeito deles, como jamais nenhum outro britânico branco, à exceção de Granville Sharp, tinha conseguido” (p. 376).

Seus últimos atos foram a concessão dos terrenos e apresentação de seu substituto William Dawes a toda a comunidade de Freetown. Depois de uma calorosa despedida, até o velho chefe Naimbana despediu-se dele, presenteou-o e fez um pedido, visitar seu filho John Frederic que estudava em Londres. No dia 29 de dezembro a bordo do *Felicity*, juntamente com seu inseparável amigo David George viaja para Inglaterra. George levava uma petição da comunidade de Freetown, que seu governador voltasse.

5. Dias turbulentos na colônia

William Dawes, governador eleito, Richards Peys, agrimensor e o recém-chegado Zachary Macaulay, “achavam que a Serra Leoa de Granville Sharp tinha sido a fantasia ingênua de um patriarca com boas intenções, mas muito indulgente” (p. 385). Eles estavam dispostos a implementar uma reforma que pautava em desrespeitar os colonos negros.

Em fevereiro, a França republicana declara guerra à Inglaterra. Thomas Clarkson e John Clarkson são considerados perigosos: o primeiro por sua simpatia pelo republicanismo francês, e o segundo por suas críticas à Companhia, críticas que ocasionaram sua demissão sumária um pouco mais tarde.

Zachary Macaulay substituiu William Dawes e, com seu governo marcado por contradições, contribuiu para que Serra Leoa se tornasse uma cidade-Estado anglo-africana ao manter as eleições para a assembleia dos tithingmen e hundredoor.

Nesse ínterim, a ida de Cato Perkins, pregador metodista, e Isaac Anderson à Inglaterra para apresentar as inúmeras queixas dos colonos não deu em nada, foram mau recebidos e voltaram decididos a resistir.

No governo de Macaulay, a colônia foi saqueada pelos franceses que durante duas semanas destruíram e espalharam o terror. Após a retirada dos franceses, os confrontos internos entre o governador e os colonos continuaram. Um pequeno grupo acaba abandonando a colônia para fundar um novo povoado na Baía do Pirata.

A luta pela autonomia e autodeterminação continuava. “Os novos-escocianos, como eles próprios se chamavam, tinham criado raízes; sabiam exatamente quem eram, de onde tinham vindo e qual o seu lugar na história dos africanos, dos britânicos e dos americanos” (p. 405). Resistem às imposições no campo religioso – tentativa de controle da Igreja Anglicana da administração dos casamentos e batizados –, e político-econômico.

Zachary Macaulay foi substituído por Thomas Ludlam, que em 1800 enfrentou o desejo de autonomia dos tithingmen e dos hundredoors, e um golpe liderado por Isaac Andersom, Ansel Zizer, Nathaniel Wansey e James Robinson, entre outros. Auxiliado pelos soldados da Marinha inglesa e por 550 maroons – escravos jamaicanos que em 1796 tinham travado guerra contra o governo colonial – Ludlam esmagou a tentativa de golpe. Isaac Anderson e Frank Patrick foram julgados e executados.

Em 1807, com a abolição do tráfico no Império Britânico, a colônia passou a ser administrada pela coroa. “Free-town se tornaria inevitavelmente a estação e o quartel-general dessa grande emancipação e era evidente para todos, sobretudo

para Thornton e os diretores da companhia, que a partir de agora a colônia precisaria ficar sob a proteção direta da Coroa” (p. 416). O que, de fato, ocorreu em 1808.

6. Notas de Leitura

Ao longo da leitura fiz anotações com a intenção de voltar a elas no final. Dinâmica pensada para auxiliar na elaboração do elenco dos pontos principais. No entanto, foram tantas as anotações que a opção que restou foi a de selecionar apenas algumas.

Por fazer-se presente diversas vezes no Caderno de Notas, apresento por primeiro a que faz referência à forma de narrativa histórica utilizada pelo autor. Simon Schama, muito conhecido na Inglaterra, nos Estados Unidos, que ele considera sua segunda pátria, e na Europa, é pouco conhecido do grande público brasileiro. Os historiadores(as) o conhecem de longa data. Em parte, este desconhecimento das exímias qualidades do autor acaba refletindo na recepção de suas obras, que a Companhia das Letras vem publicando sistematicamente. Relembro alguns títulos: *Cidadãos - Uma crônica da Revolução Francesa*; *O desconforto da riqueza - A Cultura na época do outro: interpretações*; *O futuro da América - Uma história*; *Paisagem e Memória* e por último, *Rough crossings - Britain, the slaves and the American Revolution*, que recebeu em português o título, *Travessias difíceis: Grã-Bretanha, os escravos e a Revolução Americana*.

Travessias Difíceis tem tudo para despertar o entusiasmo dos leitores, baseado numa pesquisa minuciosa na qual recolhe uma profusão de dados com uma intenção bem definida: retratar para o seu leitor, lugares e personagens, além de caracterizar com precisão os períodos históricos.

Convida seus leitores a acompanhá-lo por diferentes espaços do mundo Atlântico, dos campos de batalha da Carolina do Sul e da Virginia às docas e tribunais de Londres, ou às terras geladas da Nova Escócia e de Serra Leoa.

Essa movimentação no Atlântico Negro escondia muitos segredos, um deles era o conhecimento dos escravos dos fatos que nele ocorriam. Mas não só tomavam conhecimento, como faziam deles uma avaliação política própria. Simon Schama

descreve claramente como ideias e experiências, além de compartilhadas, ganhavam novos conteúdos políticos. Os escravos e os libertos não permaneciam impassíveis diante dos acontecimentos que ocorriam à sua volta e em muitas de suas estratégias e decisões não se pautavam por lógicas abolicionistas. Em Freetown, pode-se acompanhar a gradual produção de uma cultura política negra.

Simon Schama tem fama de ser um demolidor de mitos. Em *Travessias difíceis*, confirma mais uma vez esta fama, ao levantar indícios que a grande mola da luta pela independência americana estaria na necessidade da América escravista de controlar seus bens móveis humanos – os escravos.

As promessas de “liberdade britânica”, tão alardeadas nas décadas de 1770 e 1780, promoveram uma imensa sangria na mão-de-obra escrava. Milhares de escravos fugiram de seus senhores norte-americanos e se colocaram sob a proteção da Coroa britânica. No entanto, o autor não deixa de pontuar a quebra das promessas de conceder a liberdade e a terra aos ex-escravos tanto por parte dos ingleses quanto dos americanos. Não se esquece também de relembrar a defesa dos direitos dos negros por parte de alguns britânicos. Temos um bom exemplo disto, quando relata o encontro entre Guy Carleston, comandante provisório dos ingleses, e o general Washington, em 5 de maior de 1783. Carleston insiste no cumprimento das promessas feitas aos negros. “Carleston o fitou [ao general Washington], mantendo o mesmo tom de voz, o ar sereno, a atitude de exasperante superioridade. Ora naturalmente o general devia saber que, qualquer que fosse o estabelecido no projeto do tratado, ‘não poderia haver nenhuma Interpretação dos Artigos incompatível com Compromissos anteriores envolvendo a Honra Nacional que devem ser mantidos com todas as cores’” (p. 161). Um desses compromissos era de conceder liberdade aos escravos que tinham passado para a bandeira inglesa. Não deixou também de relembrar a sabedoria e a nobreza dos fundadores da nação americana.

Em seguida, o leitor acompanha a longa travessia para Nova Escócia e depois para Serra Leoa, marcada por esperanças, frustrações e traições as mais sórdidas. Simon Schama, ao recuperar as narrativas fundamentais desse Atlântico, num contexto descentrado e não apenas nacional, indica veredas a serem trilhadas por outros pesquisadores, pois este espaço translocal é ideal para se constatar uma vez

mais a luta incessante pela liberdade e a construção das culturas negras no interior da modernidade.

Um sentimento emerge com clareza para o leitor: a luta não terminou apesar de ter começado muito cedo. Na feliz formulação de Contardo Calligaris: “o processo de abolição da escravidão é uma longa jornada da consciência ocidental: começou nos primeiros séculos da cristandade, com o sucesso da ideia de que o limite da humanidade não é a tribo, a raça ou a fé, mas é a própria espécie: somos irmãos, simplesmente por ser humanos”.¹

¹ CALLIGARIS, Contardo. O “mea-culpa” pela escravatura. *Folha de São Paulo - Ilustrada*, quinta-feira, 29 de março de 2007, p. E. 12.